

Sumário

Abreviaturas	XIII
Nota à Segunda Edição	1
Nota à Terceira Edição	3
Nota à Quarta Edição	5
Introdução	7
Capítulo 1 – História da Religião	13
1.1. Introdução e Importância do Tema.....	13
1.2. A Religião na Idade Primitiva.....	16
1.3. A Religião na Idade Antiga.....	18
1.4. A Religião na Idade Média	26
1.5. A Religião e o Racionalismo	32
1.5.1. A Revolução Burguesa e a Liberdade Religiosa.....	33
Capítulo 2 – Liberdade Religiosa – Aspectos Críticos e Conceituais	35
2.1. Importância do Capítulo	35
2.2. Amplitude da Liberdade Religiosa.....	36
2.3. Ateísmo e Novo Ateísmo. Agnosticismo. Ceticismo. Laicismo. Distinção Necessária	41
2.4. Formas de Relacionamento entre o Estado e a Igreja	43
2.5. Politeísmo e Monoteísmo. Alguns Dados Comparativos	46
2.6. Religiões Existentes na Atualidade	47

2.7. Pluralismo Religioso e a Verdade de Todas as Religiões. A Verdade de Quem Recusa as Religiões	51
---	----

Capítulo 3 – A Proteção à Liberdade Religiosa no

Direito Constitucional Estrangeiro	53
3.1. Nota Introdutória.....	53
3.2. Alemanha. A Lei Fundamental de Bonn de 1949.....	54
3.3. Arábia Saudita.....	55
3.4. Argentina	56
3.5. Áustria.....	56
3.6. Bahamas, Barbados e Belize.....	56
3.7. Benin.....	57
3.8. Bielorrússia.....	58
3.9. Bolívia.....	58
3.10. Canadá.....	59
3.11. Chile.....	60
3.12. Colômbia.....	60
3.13. Coreia do Sul	61
3.14. Costa Rica	62
3.15. Cuba.....	62
3.16. Equador	62
3.17. Estados Unidos	63
3.17.1. A Suprema Corte dos Estados Unidos e a Liberdade Religiosa	63
3.17.1.1. Liberdade Religiosa e Investidura em Cargo Público	63
3.17.1.2. Liberdade Religiosa e Escusa de Consciência.....	64

3.17.1.3. Liberdade Religiosa e Proibição de Práticas Discriminatórias	65
3.17.1.4. Liberdade de Religião e Recusa Quanto à Prática de Atos Conexamente Incompatíveis com o Credo Religioso	66
3.17.1.5. Liberdade de Religião e Entidades Públicas de Ensino	67
3.17.1.6. Colocação de Símbolos Religiosos em Locais Públicos	68
3.17.1.7. Liberdade Religiosa e Leitura Bíblica nas Escolas.....	69
3.17.1.8. Liberdade Religiosa e Liberdade de Cátedra	70
3.17.1.9. Quando o Estado Pode Auxiliar Segmento Religioso?	70
3.17.1.10. Liberdade Religiosa e Sacrifício de Animais	71
3.18. Finlândia	72
3.19. França	72
3.20. Gana	73
3.21. Grécia.....	73
3.22. Guatemala.....	74
3.23. Haiti.....	75
3.24. Honduras	75
3.25. Índia.....	76
3.26. Indonésia.....	76
3.27. Irã	76
3.28. Iraque	77
3.29. Japão	77

3.30. Jordânia.....	78
3.31. Mongólia	78
3.32. Nepal	78
3.33. Nigéria	79
3.34. Noruega.....	79
3.35. Qatar.....	80
3.36. Ruanda	80
3.37. Rússia	80
3.38. Síria.....	80
3.39. Suriname.....	81
3.40. Tibet.....	81
3.41. Trinidad y Tobago.....	81
3.42. Tunísia.....	81
3.43. Ucrânia.....	82
3.44. Uruguai.....	82
3.45. Vaticano	82
3.46. Vietnã.....	83
3.47. Zâmbia.....	83

Capítulo 4 – A Proteção à Liberdade Religiosa nos

Tratados e Convenções Internacionais	85
4.1. Importância do Estudo do Tema	85
4.2. A Liberdade Religiosa como Direito Humano.....	85
4.2.1. Os Direitos Humanos e os Grandes Movimentos Religiosos.....	89
4.3. A Liberdade Religiosa na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789.....	92
4.4. A Liberdade Religiosa na Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948.....	93

4.5. A Liberdade de Religião no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.....	94
4.6. A Liberdade Religiosa na Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica).....	95
4.7. A Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Baseadas em Religião ou Crença	95
4.8. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Proteção à Liberdade Religiosa dos Trabalhadores.....	96
4.9. A Extirpação Clitoriana e a Proteção dos Direitos Humanos.....	97
4.10. Transconstitucionalismo, os Direitos Humanos e a Liberdade Religiosa.....	98
4.11. Organismos Internacionais, Liberdade Religiosa e Terrorismo	101
Capítulo 5 – Hermenêutica Constitucional e a Liberdade Religiosa	105
5.1. Importância do tema	105
5.2. Aspectos Introdutórios sobre a Interpretação Jurídica	105
5.3. A Especificidade da Interpretação Constitucional e a Liberdade Religiosa.....	109
5.3.1. Distinção entre Princípios e Regras Constitucionais. Localização da Liberdade Religiosa	120
5.3.2. Princípios de Interpretação Constitucional e a Liberdade Religiosa	122

Capítulo 6 – A Proteção à Liberdade Religiosa na Constituição de 1988.....	125
6.1. Prólogo	125
6.2. As Constituições Brasileiras e a Proteção à Liberdade Religiosa.....	126
6.3. A Liberdade Religiosa e os Princípios Fundamentais.....	129
6.3.1. A Liberdade Religiosa e a Dignidade da Pessoa Humana.....	130
6.3.2. A Liberdade Religiosa e o Pluralismo Político.....	137
6.4. A Liberdade Religiosa e os Direitos Individuais. Direito à Crença. Direito ao Culto. Direito à Organização Religiosa.....	139
6.5. A Organização do Estado Brasileiro e a Liberdade Religiosa.....	146
6.6. O Sistema Tributário e a Liberdade Religiosa	149
6.7. A Ordem Social e a Liberdade Religiosa.....	154
6.8. Questões Controvertidas Sobre a Liberdade Religiosa	159
6.8.1. A Inclusão do Nome de Deus no Preâmbulo do Texto Constitucional Afasta a Posição Laica do Estado Brasileiro?	160
6.8.2. A Expressão “Deus seja louvado” em Notas de Real – Hipótese de Proselitismo Religioso do Estado Brasileiro?.....	162
6.8.3. A Polêmica sobre o Dia da Semana para a Realização de Concurso Público	164
6.8.4. O Sacrifício de Animais nas Liturgias do Candomblé e Umbanda – Exame à Luz da Constituição e da Legislação Ordinária.....	166

6.8.5. O Aluno Adventista do Sétimo Dia Pode se Ausentar de Aulas Relativas aos Dias de Culto?	168
6.8.6. A Liberdade de Religião Autoriza que se Realizem as Denominadas “Cirurgias Espirituais”?	169
6.8.7. A Liberdade de Liturgia Afasta a Laicidade do Estado Brasileiro em Virtude de Organização, pelo Poder Público, de Festas Religiosas?	170
6.8.8. Quando a Manifestação Religiosa se Converte em Patrimônio Cultural?.....	171
Capítulo 7 – Liberdade Religiosa e Relações de Trabalho.....	175
7.1. Importância e Atualidade do Tema.....	175
7.2. A Cláusula Constitucional da Não-Discriminação e as Relações de Trabalho	176
7.2.1. Discriminação Legítima e Ilegítima	177
7.3. Os Empregadores de Tendência Religiosa	180
7.4. A Proteção à Liberdade Religiosa no Âmbito das Relações de Trabalho.....	181
7.4.1. É possível, sob o manto da liberdade de crença, admitir que empregados façam proselitismo de determinado segmento religioso no âmbito interno da empresa?	182
7.4.2. É facultado ao empregador convocar os seus trabalhadores para participarem de culto vinculado a certa religião, como habitualmente ocorre em datas especiais (inauguração de novas instalações da empresa ou de filiais, festas de final de ano etc.)?	184

7.4.3. Pode o empregador, nos domínios físicos da unidade empresarial, construir templo representativo de segmento religioso?	188
7.4.4. Podem as organizações religiosas contratar exclusivamente empregados que professem a fé por elas abraçada?.....	189
7.4.5. O empregado Adventista do Sétimo Dia tem o direito de guardar os dias de sábado para o culto?	190
7.4.6. O desconto a título de dízimo ofende o princípio da intangibilidade salarial?	192
7.4.7. Existe vínculo de emprego entre o religioso e a entidade à qual está vinculado?	194
Referências Bibliográficas	197
Índice Onomástico	203
Índice Alfabético-Remissivo	207